

Um novo quadro mental para recuperar o casamento

De que modo se pode dar a volta a um debate que está há algum tempo em ponto morto? Para os autores de "You've Been Framed: A New Primer For The Marriage Debate" (Nathan Hitchen, John Jay Institute. Versão em PDF disponível na *web* do instituto. Este breve manual é complementado com um plano de ação preparado por Brian Brown: "Marriage Counter-Messaging: An Action Plan") é preciso alterar o enquadramento mental da discussão em vez de responder a partir da linguagem e dos valores de quem dá as cartas. A partir das conclusões avançadas pela ciência cognitiva, os norte-americanos Nathan Hitchen e Brian Brown propõem uma nova estratégia para comunicar melhor porque o casamento só pode ser a união entre homem e mulher.

Depois da derrota eleitoral dos democratas em 2004, o linguista George Lakoff publicou um livro de divulgação para explicar por que os seus rivais lhes tinham ganho a dianteira ("Don't Think of an Elephant: Know Your Values, Frame the Debate". Chelsea Green Publishing, 2004. Em castelhano: "No pienses en un elefante", Madrid, Editorial Complutense, 2006). Ver resenha em "Aceprensa" ("No pienses en un elefante. Lenguaje y debate político"; Ricardo Calleja Rovira, 13.2.2008). Segundo Lakoff, grande parte do sucesso dos republicanos devia-se a terem conseguido enquadrar as grandes questões políticas de acordo com valores profundamente estabelecidos no inconsciente dos norte-americanos.

Mudar o senso comum

Lakoff defende que as pessoas pensam através de padrões mentais que incluem conceitos, valores e metáforas. Alguém pode pensar que a sua visão da realidade é de senso comum, mas se essa visão não se encaixar no quadro mental do seu interlocutor, os argumentos não terão sorte por muito racionais que sejam. Para ser aceites, esses argumentos e os dados que os apoiam, têm primeiro que se encaixar nos quadros mentais das pessoas.

Daí o conselho que dava aos democratas: "Não penses num elefante [um elefante é o símbolo do Partido Republicano]. Se mantiveres a sua linguagem e o seu quadro mental, e te limitares a argumentar contra, perdes tu, porque reforças o seu

modo de pensar. (...) Não te limites a dizer o que pensas. Utiliza o teu modo de pensar, não o deles".

E acrescenta: "Mudar de quadro mental é mudar o modo que têm as pessoas de ver o mundo. É mudar o que se entende por senso comum. Assim, visto que a linguagem ativa os quadros mentais, as novas mentalidades exigem uma nova linguagem. Pensar de modo diferente exige falar de modo diferente".

Que há de novo hoje

A "psicologia do quadro mental" serve para compreender a volta radical que deu o debate sobre a conceção do casamento na última década. Brian Brown, diretor de uma consultora norte-americana que estuda os vínculos entre neurociência e linguagem política, teve ocasião de comprová-lo, recentemente, num encontro com universitários.

Apesar de todos se considerarem "conservadores", quase nenhum foi capaz de apresentar uma visão do casamento na qual se tivessem reconhecido as gerações precedentes. Em geral, encaravam-no como um debate estéril a evitar e, por isso, sobre o qual tinham refletido bastante pouco. "Embora nenhum pensasse que as uniões homossexuais fossem a mesma coisa que o casamento, quase nenhum estava disposto a jogar numa equipa perdedora que se propôs limitar a felicidade de outras pessoas".

Para Brown, a posição destes jovens reflete bem o novo panorama que hoje define o debate sobre o casamento. A narrativa tradicional (conjugalidade, sexo e procriação) foi substituída por uma linguagem eficaz que apela para a igualdade, os direitos e a felicidade. Além disso, impôs-se a ideia de que todo aquele que se opõe aos casamentos *gay* se orienta pelo ódio e pela intolerância.

Brown ilustra-o com a recente polémica em torno da Lei de Defesa do Casamento (DOMA – Defense of Marriage Act), anulada em julho pelo Supremo Tribunal norte-americano. Quando esta lei foi aprovada em 1996, uma esmagadora maioria de congressistas considerava que era de senso comum proteger uma instituição tão valiosa como o casamento. Daí terem legislado que o casamento entre homem e mulher era o único reconhecido pelo governo federal.

Mas, na sentença *United States v. Windsor* de julho passado, os cinco juizes da maioria do Supremo consideraram de senso comum pensar que os 342 membros da Câmara de Representantes e os 85 senadores que votaram a favor da DOMA (com assinatura do presidente Clinton, incluída) se tinham orientado por uma irracional hostilidade para com os gays.

Assim descreve um dos magistrados discordantes, Antonin Scalia, o novo sentir avalizado pelos seus colegas: “A maioria [do Supremo] afirma que os votantes favoráveis a esta lei o fizeram por maldade, com o ‘desejo de menosprezar e ferir’ as uniões do mesmo sexo. Defende que a motivação da DOMA era ‘rebaixar’, ‘impor a desigualdade’, ‘impor um estigma’, negar a ‘dignidade igual’, marcar os homossexuais como ‘pessoas indignas’, e ‘humilhar’ os seus filhos”.

Quando se pensa com emoções

Tendo em vista a pressão que agora recai sobre os defensores de o casamento só poder ser a união entre homem e mulher, não é estranho que a posição a favor do casamento gay tenha passado a ser maioritária nos norte-americanos, sobretudo entre os jovens.

Os inquéritos do Pew Research Center revelam a mudança progressiva para a legalização dos casamentos gay que se produziu nos EUA. Em 2001, 57% opunham-se e 35% eram a favor; em 2013, 44% opõem-se e 49% estão a favor. O maior apoio vem dos nascidos depois de 1980: 7 em cada 10 defendem a legalização.

Nathan Hitchen, consultor de estratégia política e investigador do John Jay Institute, considera que, num contexto onde o que antes era entendido por senso comum mudou radicalmente, é preciso articular um novo discurso sobre o casamento.

Para mudar o que se entende por senso comum, argumenta em “You’ve Been Framed”, este novo discurso deve começar por ativar a simpatia das pessoas. Caso contrário, a mensagem será rebatida. “Se o teu interlocutor te encara como alguém hostil, nenhuma ideia razoável que lhe exponhas terá acolhimento”. Na sua opinião, é um erro pensar que para ganhar os debates sociais controversos basta apresentar a posição mais razoável.

Este modo de focar o debate pressupõe erradamente que toda a gente pensa em termos racionais. E isso é precisamente o que mudou nos últimos anos. Os jovens das sondagens do Pew pertencem a uma geração “que não é convencida, em primeiro lugar, pela via racional: a televisão, as canções, os amigos ou a sua própria experiência são o que dá forma à sua compreensão do casamento e da família”.

Escolhe o quadro mental que tu queres

Neste ambiente cultural, mais emotivo do que analítico, Hitchen propõe criar uma nova linguagem favorável ao casamento, baseada em cinco elementos: as emoções, as narrativas, as histórias, as metáforas e os memes. Juntados

com imaginação, estes elementos podem contribuir para mudar o que se passa por senso comum no debate público.

As **emoções** têm o poder de atravessar as barreiras mentais que os argumentos não conseguem superar. Ver-sentir-mudar: essa é a sequência. As pessoas necessitam de uma experiência que lhes faça sentir algo diferente, como, por exemplo, observar as consequências inquietantes a que conduz uma proposta ou descobrir uma solução para um problema social.

Nos debates polarizados, onde predomina o tipo de discurso que confronta “eles” e “nós”, as **narrativas** de colaboração permitem ganhar aliados entre os indecisos. Um exemplo de narrativa que aproxima posições, é a que insiste nas necessidades e nos direitos das crianças em primazia sobre os desejos dos adultos.

As narrativas articulam-se através de **histórias**. Uma boa história é aquela que explica à audiência “por que estou aqui” e “por que defendo o que defendo”. Para Hitchen, os defensores do casamento entre homem e mulher têm de aprender a contar histórias onde ilustrem como conseguiram superar situações adversas, graças à ajuda de um pai e de uma mãe.

As **metáforas** sintetizam e reforçam ideias de modo rápido. Por exemplo, afirmar que “o casamento é a infraestrutura social do nosso país”, evoca a contribuição para o bem comum que fazem as autoestradas, as pontes, as linhas férreas... O casamento é um “bem público”, porque é mais benéfico para os membros da união, para os filhos e para a sociedade do que outras formas de convivência.

Certas crenças chegam a converter-se em tópicos graças a ideias cativantes (**memes**). Para contrariar o meme da moda no debate sobre o casamento (“a igualdade matrimonial”), Hitchen propõe adotar e difundir outros novos: “Mudar o casamento gera desigualdade”; “O casamento tradicional é mais diverso”; “Restaurar o casamento beneficia as crianças”.

J.M.

O casamento que defende os filhos

Ao mudar a lei do casamento, as crianças ficam privadas do direito a uma relação com uma mãe e um pai. Nathan Hitchen ilustra-o com uma história fictícia, a título de exemplo de como apresentar ideias.

Durante a infância, a minha mãe e o meu pai ofereceram-me um presente. Descobri-o quando os pais do meu melhor amigo, Palak, se divorciaram. Aos 10 anos, comprovei como mudava o nosso futuro: nós os dois vivíamos na mesma rua, mas encetámos rumos diferentes. A minha mãe e o meu pai tinham os problemas normais que geram a tensão e as

dificuldades económicas. Mas o seu compromisso de permanecerem juntos proporcionou-me um lar – um porto seguro –, do qual podia sair e ao qual podia sempre voltar.

A grande diferença é que Palak perdeu esse porto. Embora me tenha dito que havia sentido alívio quando os seus pais se divorciaram, observei como experimentava irritação, ressentimento e solidão de cada vez que chegava algum desses momentos em que as famílias se costumam reunir: Natal, Ação de Graças, o dia da formatura... Enquanto os cientistas sociais o sobrecarregariam com estatísticas que mostram como a instabilidade familiar prepara para o fracasso, para mim, Palak é nome e rosto de um problema contra o qual luto: o desmoronamento da cultura do casamento.

(...) Mudar o casamento prejudica as crianças, porque as priva da sua necessidade de pertencerem a um homem e a uma mulher. Palak necessitava da sua mãe e do seu pai juntos: não necessitava de substituir um pai por outra mãe. Redefinir o casamento para incluir a opção de um só sexo favorece o aparecimento de famílias que irão privar as crianças da diversidade trazida por um homem e por uma mulher. O casamento entre pessoas do mesmo sexo cria desigualdade: os adotados por essas uniões vão ficar sem a oportunidade de se relacionarem com um pai e uma mãe. Por isso, o casamento tradicional respeita melhor a diversidade.

O governo tem um interesse legítimo em proteger a diversidade oferecida pelo casamento. (...) Os homens e as mulheres que se casam, constituem uma infraestrutura social de vida pública que oferece refúgio às crianças. A sociedade necessita de infraestruturas como portos e estradas; por isso, o governo financia-as. O governo não constrói estradas privadas até à porta das nossas casas, como muito menos se ocupa em promover as nossas amizades ou os nossos romances. Essas relações são privadas e o governo não se imiscui. No entanto, ao governo interessa apoiar as mulheres e os homens casados, porque o seu casamento é um bem público que presta um serviço único ao futuro da sociedade: procriar e educar os filhos.

“Fobia do debate”: o irracional é não debater

O recurso à palavra “fobia” é um expediente fácil para desqualificar o adversário sem se submeter a um debate intelectual.

Num artigo publicado em “Spiked” (9.9.2013), Frank Furedi argumenta que, atribuir uma fobia fora do contexto médico, é uma estratégia para apresentar como irracionais as ideias dos outros. Paradoxalmente, quem recorre a esta tática, acaba por demonstrar um receio de expor as suas ideias num debate racional.

Como acontece com qualquer diagnóstico médico, atribuir uma fobia a uma pessoa pressupõe fazer uma declaração sobre o seu estado de saúde mental. Por isso, afirma Furedi, “qualificar alguém de ‘homóforo’ ou ‘islamóforo’ não implica tanto um

juízo sobre o conteúdo das suas palavras, como um veredito sobre as suas capacidades mentais”.

Este tipo de epítetos, em contextos que não têm nada a ver com a medicina, não se limitam a pretender desqualificar automaticamente uma pessoa: aspiram também a implantar um sistema de crenças com que interpretar a realidade. Efetivamente, toda a gente entende que as opiniões ou os sentimentos provocados por semelhante diagnóstico são “maus”.

Dá-se assim origem a uma confusa mistura de categorias morais e médicas que entorpece o intercâmbio maduro de ideias. Não é possível ter um autêntico debate – afirma Furedi – quando a um dos interlocutores lhe atribuíram uma fobia por defender determinadas ideias. “O recurso à fobia exonera as pessoas da difícil tarefa de defenderem as suas opiniões através do debate. (...) O diagnosticado será visto como um irracional ou um doente que pode ser ignorado tranquilamente; as suas opiniões podem ser consideradas como sintomas de um transtorno mental, pelo que essas opiniões não devem ser levadas a sério”.

A Furedi, esta estratégia faz-lhe recordar o *modus operandi* vigente na Rússia de Estaline, onde alguns dissidentes eram internados em hospitais psiquiátricos. “Evidentemente, no Ocidente hoje não se internam os diagnosticados com uma fobia. Mas não temos dúvidas em estigmatizá-los e impor-lhes diversas formas de desqualificação cultural e social. Quanto faltará para que comece-mos a exigir-lhes que participem em terapias de modo a controlar os seus medos?”.

Para Furedi, os discursos que apelam com tanta facilidade às fobias escondem uma premissa desumanizante, que frustra qualquer possibilidade de entendimento: “A recusa sistemática de levar a sério as capacidades mentais dos discordantes é a apoteose da pequenez de uma mente. Quando as pessoas se negam a submeter as suas argumentações ao escrutínio público, com a desculpa de que os oponentes se orientam pelo ‘ódio’ ou por uma ‘fobia’, então dificilmente os assuntos em discussão podem ser clarificados e a verdade permanece oculta. Acabamos, assim, metidos em cheio na fobia do debate”.

(Fonte: “Spiked”)